



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 93, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,
sobre o Projeto de Lei nº 1950, de 2019, do Senador Romário, que
Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para vedar a
nomeação de condenados por crime de violência contra a mulher.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senadora Leila Barros

08 de Agosto de 2019





PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1.950, de 2019, do Senador Romário, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para vedar a nomeação de condenados por crime de violência contra a mulher.

Relatora: Senadora **LEILA BARROS**

I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 1.950, de 2019, do Senador Romário, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para vedar a nomeação, para cargo ou emprego público, de condenados por crime de violência contra a mulher.

Para tanto, a proposição acrescenta a parágrafo único ao art. 7º da mencionada Lei, estabelecendo que o agressor condenado por crime caracterizado como violência doméstica e familiar contra a mulher não poderá ser nomeado para cargo ou emprego público de qualquer natureza, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, inclusive empresas estatais, enquanto perdurar o cumprimento da pena privativa de liberdade.

Na justificação da matéria, o autor afirma que o rigor da lei não tem sido suficiente para evitar os inúmeros casos de violência contra a mulher, sendo necessário adotar sanções de natureza diversa, para dissuadir o potencial agressor. Nesse sentido, ele sustenta que a proposta busca reforçar a prevenção geral dos crimes de violência contra a mulher.



A matéria foi distribuída à CDH e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao texto.

II – ANÁLISE

Nos termos dos incisos III e IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH o exame de matérias atinentes à garantia e promoção dos direitos humanos e aos direitos da mulher, o que torna pertinente a análise do PL nº 1.950, de 2019, por este Colegiado.

No mérito, a proposição consigna na legislação medida de bom senso: não cabe ao Poder Público acolher em seus quadros agressores condenados pela prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. Note-se que a vedação estabelecida impede a provisão de cargos por pessoas condenados em processos transitados em julgado até que a pena tenha sido cumprida.

Excluir agressores em cumprimento de pena do serviço público atende ao princípio da moralidade, considerando que a prática de violência contra a mulher e doméstica e familiar pode ser considerada uma mácula que compromete a integridade ética, tornando a pessoa incompatível com a idoneidade moral e a reputação ilibada que se esperam de servidor.

A sociedade espera do Legislativo medidas nesse sentido, uma vez que, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mais de 16 milhões de mulheres sofreram algum tipo de violência em 2018, sendo que em quase 80% dos casos a vítima conhecia o agressor. A moradia foi o local em que ocorreram 40% desses casos de violência. A entidade responsável pela pesquisa afirma que identificou um padrão, uma vez que os números se assemelham ao verificado em edição anterior do levantamento.

É mais do que necessário, portanto, continuar aprimorando a legislação e as políticas públicas voltadas para o enfrentamento à violência contra a mulher.



Temos apenas um reparo a fazer no que se refere à posição do trecho a ser acrescentado. Em vez de mantê-lo como um parágrafo no art. 7º, que tem a finalidade de definir os tipos de violência contra a mulher, julgamos melhor introduzir a medida por meio de um novo art. 45-A, nas disposições finais, logo após os dispositivos que alteram leis penais e processuais penais.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.950, de 2019, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 - CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 1.950, de 2019, a seguinte redação:

“**Art. 1º** A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

‘**Art. 45-A.** O agressor condenado por crime caracterizado como violência doméstica e familiar contra a mulher, na forma desta Lei, não poderá ser nomeado para cargo ou emprego público de qualquer natureza, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, inclusive empresas estatais, enquanto perdurar o cumprimento da pena privativa de liberdade. ’”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



Relatório de Registro de Presença
CDH, 08/08/2019 às 09h - 71ª, Extraordinária
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO	3. VAGO
MAILZA GOMES PRESENTE	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE PRESENTE
STYVENSON VALENTIM PRESENTE	2. ROMÁRIO PRESENTE
LASIER MARTINS	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA PRESENTE	4. MARA GABRILLI PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS PRESENTE	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ PRESENTE	2. FABIANO CONTARATO PRESENTE
LEILA BARROS PRESENTE	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM PRESENTE	1. PAULO ROCHA PRESENTE
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA PRESENTE

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD PRESENTE	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Não Membros Presentes

FERNANDO BEZERRA COELHO
FLÁVIO BOLSONARO
WELLINGTON FAGUNDES
MARCOS DO VAL

DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 1950/2019)

NA 71ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA LEILA BARROS, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM A EMENDA Nº 1-CDH.

08 de Agosto de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação
Participativa